



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Eduardo Girão

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos dos arts. 279, III, e 315 do Regimento Interno do Senado Federal, adiamento da votação do PL 2234/2022, que “dispõe sobre a exploração de jogos e apostas em todo o território nacional; altera a Lei nº 7.291, de 19 de dezembro de 1984; e revoga o Decreto-Lei nº 9.215, de 30 de abril de 1946, e dispositivos do Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941 (Lei das Contravenções Penais), e da Lei nº 10.406, de 19 de janeiro de 2002 (Código Civil)”, para o dia 15 de agosto de 2025.

JUSTIFICAÇÃO

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores,

Solicito o adiamento da votação do PL 2234/2022, que propõe a legalização de cassinos, bingos, jogo do bicho e outras modalidades de jogos de azar em nosso país. A matéria, embora já tenha sido tema de sessão temática nesta Casa, segue extremamente sensível, com implicações sociais, econômicas e morais profundas — e vem sendo alvo de manifestações formais contrárias por parte de órgãos do próprio governo federal.

Tanto o Ministério do Desenvolvimento Social, quanto o Ministério da Fazenda e o Ministério do Planejamento e Orçamento se posicionaram contra a aprovação deste projeto, alertando para impactos negativos no combate à pobreza,



nos custos sociais do vício, nas fragilidades fiscais e até no risco de ampliação da criminalidade e da lavagem de dinheiro.

A experiência internacional e nacional com jogos de azar é bastante clara: onde se instalam, vêm acompanhados de vício, desestruturação familiar, endividamento, evasão escolar, exploração sexual, corrupção e atividade criminosa. O Brasil tem exemplos de sobra. E basta olharmos com atenção o que está acontecendo com as chamadas "bets" (apostas online). Milhões de brasileiros, especialmente jovens, estão mergulhados em dívidas, compulsão e prejuízos psicológicos. Dados recentes mostram que mais de 60% dos jogadores têm o nome negativado, e a maioria perde mais do que ganha.

Além disso, operações policiais e investigações em curso já identificam conexões entre plataformas de apostas, contas de laranjas, políticos, influenciadores digitais e esquemas de lavagem de dinheiro, e isso não será diferente com os jogos físicos. Esse é o ambiente que o PL 2234/2022 pretende legalizar e expandir — e isso não pode ser feito sem uma reflexão muito mais profunda.

Não é disso que o Brasil precisa. Nosso povo está sofrendo com inflação, desemprego, filas na saúde, falta de oportunidades para os jovens e o avanço das drogas. Trazer casas de apostas e cassinos como política pública não é resposta — é atalho perigoso.

Por isso, com base na gravidade da matéria e nas manifestações contrárias de ministérios estratégicos do governo, peço o adiamento da votação. Que tenhamos a sensatez de priorizar o que realmente importa: a dignidade do



nosso povo, a integridade das nossas instituições e a responsabilidade com o futuro do país.

Sala das Sessões, de de .

Senador Eduardo Girão
(NOVO - CE)

